

*Colaboração*, xiii

*Nota sobre a legislação falimentar*, xv

## **1 Introdução, 1**

## **2 Atividade financeira e instituição financeira, 7**

2.1 A atividade na doutrina jurídica, 7

2.2 Atividade privativa de instituição financeira, 12

Evolução da definição de esfera privativa de atuação de instituição financeira de ato para atividade, 12

A Lei nº 4.595/64 e seu conceito de atividade privativa de instituição financeira, 14

Os elementos da atividade privativa de instituição financeira, 27

Origem dos recursos – critérios práticos para sua determinação, 27

A custódia de valores de propriedade de terceiros na Lei nº 4.595/64, 28

Análise comparativa de sistemas estrangeiros, 30

2.3 Tratamento constitucional e reforma legislativa, 46

2.4 Aspectos transnacionais, 51

Atividade exercida no exterior por filial ou subsidiária de entidade não financeira brasileira, 51

Atividade exercida no exterior por filial ou subsidiária de entidade financeira brasileira, 54

Atividade exercida no Brasil por subsidiária ou filial de entidade financeira estrangeira, 56

## **3 Tipologia das instituições financeiras, 61**

3.1 A análise tipológica e sua utilidade, 61

3.2 A tipologia na legislação, 62

3.3 Algumas regras relativas ao regime jurídico específico das instituições bancárias e restrições ao exercício de outras atividades, 62

- 3.4 Instituições financeiras, 64
  - Bancos, 64
  - Bancos comerciais, 65
  - Bancos de investimento, 67
  - Bancos de desenvolvimento, 67
  - Sociedades de crédito, financiamento e investimento, 68
  - Sociedades de crédito imobiliário e companhias hipotecárias, 68
  - Cooperativas de crédito, 69
- 3.5 Entidades equiparadas a instituições financeiras, 72

## **4 Regulamentação e fiscalização de instituições financeiras – o conselho monetário nacional e o Banco Central do Brasil, 79**

- 4.1 A descentralização da ação normativa, 79
- 4.2 A Lei nº 4.595/64 e os poderes do CMN e do BC, 81
  - O Conselho Monetário Nacional, 83
  - O Banco Central do Brasil, 91
  - Competências relativas à atividade bancária, 96
  - Relacionamento entre CMN e BC, 97
- 4.3 O poder regulamentar do CMN e do BC, 98
  - O poder regulamentar do CMN e do BC em seu prisma econômico, 99
  - O poder regulamentar do CMN e do BC em seu prisma jurídico, 102
  - Um elemento importante da lei autorizadora do regulamento: o valor, 106
  - Lei e regulamento: posição hierárquica, 109
  - Algumas conclusões parciais sobre o poder regulamentar, 109
  - Regulamentos da presidência da república e outros regulamentos, 110
  - Artigo 25 do ADCT, 111
  - O artigo 192 da Constituição Federal, 113
  - Conflitos entre norma regulamentar e norma legal, 114
  - Limites à interpretação extensiva do poder regulamentar, 115

## **5 Regras institucionais e operacionais relativas a instituições financeiras, 117**

- 5.1 Considerações introdutórias, 117
- 5.2 Regras institucionais, 118
- 5.3 Regras operacionais, 120
- 5.4 Regras de proteção à concorrência, 122

## **6 Direito bancário e proteção ao consumidor, 127**

- 6.1 Características gerais e aplicação do Código de Defesa do Consumidor, 127

- 6.2 Regras sobre responsabilidade, 131
- 6.3 Práticas comerciais, 134
  - Práticas abusivas, 134
  - Bancos de dados sobre consumidores, 136
- 6.4 Cláusulas abusivas e proteção contratual, 140
  - Considerações gerais sobre proteção contratual, 140
  - Casuística, 144
- 6.5 Variação de direitos, 157
- 6.6 Aplicação administrativa do CDC, 158
- 6.7 Mecanismos alternativos de resolução de disputas e proteção do consumidor, 159
- 6.8 Auto-regulação e proteção ao consumidor, 163

## **7 Contratos e operações, 167**

- 7.1 Características gerais dos contratos bancários, 167
  - Caracterização dos contratos bancários, 167
  - Regulamentação dos contratos bancários, 170
  - Liquidação antecipada dos contratos bancários, 171
  - Contratos bancários e deveres fiduciários, 173
  - Normas administrativas – fontes de direito para os contratos bancários?, 175
  - Normas estatutárias e regulamentos internos, 177
- 7.2 Mútuo, 179
  - Introdução, 179
  - Características básicas, 180
  - Mútuo e figuras afins, 180
  - Repasse de recursos captados no exterior, 184
  - Captação vinculada, 187
  - Regime jurídico do mútuo, 188
  - Cláusulas usuais, 197
  - Financiamento cedular, 199
- 7.3 Abertura de crédito, 212
  - Características gerais e natureza jurídica, 212
  - Abertura de crédito em favor de terceiro, 215
  - Abertura de crédito e débito em conta corrente, 216
  - A remuneração do financiador e seus reflexos: obrigação de saque, 220
  - Fiança e abertura de crédito, 223
  - Alteração do estado patrimonial do creditado, 224
  - Extinção da abertura de crédito, 226

- 7.4 Depósito e conta corrente, 227
  - Natureza jurídica, 227
  - Modalidades de depósito bancário, 233
  - Abertura e encerramento do depósito em conta corrente, 237
  - Pluralidade de titulares, 241
  - Sistemas de pagamentos e transferência de valores, 242
  - Constituição de ônus sobre conta bancária, 245
  - Depósito bancário e insolvência, 250
  - Os certificados de depósito bancário (CDBs) e os recibos de depósito bancário (RDBs), 257
- 7.5 Cessão de créditos empresariais e atividade financeira: *factoring*, desconto bancário e sociedades de propósito específico, 261
  - Factoring*, 262
  - Desconto, 268
  - Cessão de créditos a sociedade de propósito específico – securitização de recebíveis imobiliários, financeiros e agropecuários, 273
- 7.6 As operações de crédito documentário, as cartas de crédito e as *comfort letters*, 277
  - Cobranças documentárias simples, 277
  - Cartas de crédito, 280
  - O contrato de abertura da carta de crédito, 290
  - A carta de crédito e sua transferência, 294
  - As *Comfort Letters*, 297
- 7.7 Cartões de crédito, 299
  - A finalidade dos cartões de crédito, 290
  - Estrutura contratual, 301
  - Cartão de crédito – natureza e manipulação, 306
  - Cartões de crédito e atividade privativa de instituição financeira, 311
- 7.8 Operações de câmbio, 312
  - Modalidades de câmbio, 312
  - Mercados de câmbio, 314
  - A natureza jurídica do contrato de câmbio, 317
  - Atividade privativa de instituição financeira e câmbio, 320
  - Nulidade de negócios em moeda estrangeira, 321
  - Regras penais, 322
- 7.9 Os derivativos, 324
  - Os derivativos em geral, 324
  - Swaps* de taxas de juros e câmbio, 325
  - Swaps* creditícios, 329

- Operações a termo e em mercados futuros, 333
- Opções, 336
- Derivativos e obrigações natural, 339
- Derivativos padronizados e a BM&F, 339
- Contratos de balcão registráveis na BM&F, 341
- Liquidação centralizada e “garantia” das operações, 342
- Estrutura de liquidação de operações na BM&F e margens, 342
- Fundos de garantia, 348
- Derivativos OTC (não padronizados) e o “ISDA Master Agreement”, 349
- Derivativos na falência – *Netting* e *Cherry Picking*, 350
- Derivativos como valores mobiliários, 354
- Responsabilidade perante clientes na oferta de derivativos, 355
- Lesão e resolução por onerosidade excessiva, 358
- 7.10 Empréstimos internacionais concedidos por pluralidade de bancos (*syndicated lending*), 359
  - Introdução, 359
  - Modalidades, 359
  - Empréstimos diretamente sindicalizados, 359
  - Participações, 363
  - Principais cláusulas contratuais, 366
  - Empréstimos sindicalizados e sua natureza jurídica, 371
- 7.11 Financiamento de projetos com recursos internacionais (*project finance*), 377
  - Introdução, 377
  - Estrutura contratual do financiamento (*Credit Agreement* ou semelhantes), 381
  - Contratos operacionais, 389
  - Comentários gerais sobre a estrutura contratual, 398
  - Suporte creditício e garantias, 400
  - O risco de descasamento cambial e possíveis soluções, 413
  - Veículos corporativos receptores do financiamento e sua problemática, 415
- 7.12 Emissão de bônus no exterior, 417
  - Tipos de bônus, 418
  - Aspectos cambiais, 422
  - Características contratuais gerais, 422
  - O agente de colocação, 423
  - Agente fiscal e agente de pagamento, 425
  - O Trustee e a assembléia dos investidores, 427
  - Programas de emissão de bônus (*Note Programmes*), 434
  - Os bônus e a desmaterialização de sua circulação, 435

- 7.13 Problemas ancilares a operações bancárias internacionais – lei aplicável e *legal opinions*, 443
  - Lei aplicável e forma de citação, 443
  - Legal Opinions*, 447
- 7.14 As garantias bancárias, 451
  - As garantias pessoais, 452
  - As garantias reais, 458
  - Anticrese, 466
  - Alienação fiduciária, 467
  - Propriedade fiduciária, 471
  - Garantias reais na concordata, recuperação judicial, recuperação extrajudicial e falência, 473
- 8 Direito penal bancário, 477**
  - 8.1 Considerações gerais, 477
  - 8.2 Operar instituições financeiras sem autorização, 479
  - 8.3 Gestão fraudulenta ou temerária de instituição financeira, 481
  - 8.4 Operações com pessoas ligadas, 483
    - Empréstimo ou adiantamento a pessoa ligada, 486
    - Distribuição disfarçada de lucros de instituição financeira, 488
  - 8.5 Outros delitos, 491
- 9 O sigilo bancário, 493**
  - 9.1 Introdução, 493
  - 9.2 Responsabilidade criminal e civil, 494
  - 9.3 Exceções ao sigilo e sua casuística, 495
  - 9.4 O Banco Central do Brasil e o sigilo bancário, 496
  - 9.5 O fisco, a Lei de Lavagem de Dinheiro e o sigilo bancário, 498
  - 9.6 Exceções naturais ao sigilo bancário, 500
  - 9.7 Beneficiários do sigilo bancário, 501
  - 9.8 Entidades obrigadas ao sigilo, 502
  - 9.9 Filiais e subsidiárias – dimensão transnacional, 504
- 10 A instituição financeira em crise e seus regimes especiais, 507**
  - 10.1 Introdução, 507
  - 10.2 Sistema garantidor de depósitos, 511
    - Aspectos gerais e de política regulamentar, 511

- Regime do mecanismo de proteção de depósitos no Brasil, 515
- 10.3 Regime de operações transitórias de liquidez, 523
- 10.4 Reorganização de instituições financeiras e financiamentos para tal fim, 524
- A Lei nº 9.447/97 e as atribuições do Banco Central do Brasil, 525
- Financiamentos para reorganização, 530
- 10.5 Intervenção extrajudicial, liquidação extrajudicial e Regime de Administração Especial Temporária (RAET), 531
- Aspectos introdutórios, 531
- Procedimento da intervenção, liquidação extrajudicial e RAET – análise crítica, 534
- Questões procedimentais relativas ao RAET, intervenção e liquidação extrajudicial, 534
- O procedimento no RAET e na intervenção extrajudicial, 542
- A liquidação extrajudicial e seu procedimento, 546
- Responsabilidade de administradores e controladores nos regimes especiais, 559
- Responsabilidade externa e dos órgãos fiscalizadores, 578
- Bibliografia*, 581
- Índice normativo*, 591
- Índice de assuntos*, 603